

ALGUNS GALEGUISMOS EM TEXTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES

Carlos Rocha

Modern Languages Faculty. Oxford University

INTRODUÇÃO

Embora muitos autores considerem que entre galego e português, na Idade Média, não havia diferenças fundamentais, é também certo que a tendência de alguns filólogos galegos e portugueses é a de não identificar completamente as duas línguas¹. Sem aprofundar estes paradoxos de identidade, poderia aqui ver-se um debate relacionado com a avaliação das consequências de carácter linguístico trazidas pela fundação do reino de Portugal, em época anterior à dos mais antigos documentos escritos claramente em romance .

A impressão de uniformidade linguística dada pelos cancioneiros medievais tem vindo a ser posta em causa na sequência da edição de textos em prosa não literária, originários da Galiza e de Portugal. Para além da variação evidenciada, nota-se que a fronteira minhota cedo se tornou, para além de uma zona de transição, um traço de separação linguisticamente consolidado até finais da Idade Média (cf. Maia, 1986).

¹ Vasconcelos, s.d. [1922] não fala de galego-português: “Nos dois lados do rio Minho desenvolveu-se do latim vulgar da Lusitânia, nos primeiros séculos da era cristã, uma língua substancialmente uniforme, embora, talvez desde sempre, com algumas particularidades dialectais” (idem, p. 120).

José Joaquim Nunes parecia ver uma certa unidade e designou-a por termos como língua *galeco-portuguesa* (s.d. [1970], p. XVI) e *galécio-português* (idem, 1989, p. 13).

Carolina Michaelis de Vasconcelos, 1990, considera que “(...) havia identidade quase completa entre a língua da província do Noroeste da Hespânia e a do reino de Portugal” (p. XIX). Acrescenta, no entanto, que no reinado de D. Dinis já começaria o processo de afastamento: “(...) muitas formas e pronúncias galego-portuguesas seriam pouco usadas entre os cortesãos e desconsideradas pela jeração nova como arcaísmos e galeguismos.” (ibid.).

É justamente o emprego do advérbio *quase* por este e por outros investigadores que tem sido fonte de discussão, pois nunca se sabe como atribuir-lhe uma interpretação, se no sentido da identificação, se no da distinção (veja-se, p. ex., a posição de Ramón Lorenzo tal como é referida por Maia, 1986, p. 889, n. 2).

Talvez com base num pressuposto de orientações linguísticas divergentes², já Vasconcelos, entre outros, falava em *galeguismos*, isto é, formas, aspectos ou traços linguísticos apenas ou mais frequentemente localizáveis em textos medievais galegos e escassamente representados nos textos portugueses (cf. Rübecamp, 1932-1933, Barbosa, 1960 e Lorenzo, 1975, pp. XXXII-XXXV)³. Seguindo o mesmo raciocínio, também se poderia falar de portu-guesismos, como contrapartida às referidas formas galegas.

Apesar das semelhanças, apesar das diferenças, surgem esporadicamente em textos portugueses alguns aspectos tipicamente galegos como que a baralhar novamente as seguintes questões⁴:

–tratar-se-á de ocorrências que indiciam hábitos estranhos à comunidade em que os textos foram produzidos?

–ou será que essas formas pertenciam ao sistema ou à variedade utilizada por essa comunidade, que só ocasionalmente os empregava?

A estas perguntas procurar-se-á dar aqui resposta através da descrição da distribuição de formas de dois galeguismos: as formas grafadas <cho>, <cha>, <chos>, <chas> e <ch'> que correspondem a um pronome de 2ª pessoa, equivalente ou idêntico ao actual *che* galego; e os perfeitos fortes em -o (p. ex., *estevo, fezo, quisso, poso, prougo, disso*).

Esta exposição constará de duas secções: na primeira, dar-se-á conta, de maneira não exaustiva, da perspectiva de alguns filólogos de língua portuguesa sobre tais formas; na segunda, será apresentada a distribuição de tais formas em *corpora* textuais portuguesas.

1. A DESCRIÇÃO DE DOIS GALEGUISMOS

Parece haver um certo consenso quanto a considerar *che* e os perfeitos em -o como formas características da língua galega, quer contemporaneamente, quer no período medieval. Os filólogos portugueses do princípio deste século algumas vezes lhes dedicaram a sua atenção, dado o seu estudo ser também relevante para a investigação dialectológica.

² As divergências entre as duas margens minhotas poderiam ter que ver mais com comportamentos diferentes perante uma série de itens equivalentes disponibilizados por um único sistema, talvez com áreas de preferência geográficas, mas acessíveis a todos os falantes, enquanto perdurasse o sentido de pertença à mesma comunidade. Acerca de tais divergências, Maia, 1986, p. 892 fala do *polimorfismo* galego: “Uma das tendências que, de modo singular, dominava (desde o século XIII) nos documentos galegos é o acentuado polimorfismo em contraste com a orientação para uma maior estabilidade e para uma relativa “niveleção” da linguagem dos documentos de Portugal”. Cf. também Lorenzo, 1985.

³ É assim que Leite de Vasconcelos (s.d.[1922], p. 123) classifica os pretéritos em -o e a forma *che* (p. 124). Nunes aplica o termo às formas *quisso, soubo, poso, podo*, mas regista *fezo* e *disso* sem qualquer comentário.

⁴ Trata-se de questões que Leite de Vasconcelos também formulava, quando se referia à expressão *tarde piache* (cf. s.d. [1922], p. 161).

1.1. A descrição de *che*

Na Idade Média, os textos mais directamente ligados à Galiza ou à corte castelhana, como é o caso das *Cantigas de Santa Maria*, mostram uma frequência crescente das contracções <cho(s)>, <cha(s)>, da forma <ch’> e até mesmo do chamado *derivado regressivo* <che> (cf. Huber 1984, p. 175; Williams, 1975, 4), que é mencionado como galeguismo por Vasconcelos (1922, p. 124). Huber (ibid.) é peremptório e diz que se trata de uma forma pertencente ao galego antigo⁵. Nunes (1989, p. 239; s.d., p. LXVIII) refere-a como equivalente do dativo ético na época arcaica, assinalando ter apenas sobrevivido em expressões portuguesas estereotipadas, nalguns falares da fronteira norte e no galego⁶. Com investigadores mais recentes, a forma é comentada por Silva, 1989: 216, apoiando-se em Nunes e em Williams, “...sem lhe atribuir distribuição geográfica específica”.

A origem de *che* (Huber, 1984, p. 113; Nunes, 1989, 239, n. 2) estaria na palatalização da dental em *te* ou *ti*, por assimilação à semivogal entretanto desenvolvida por contacto com a vogal de um pronome, p. ex.: dou-te-o>dou-t[jj]o> dou-cho⁷.

No entanto, como é sabido, as manifestações de *che*, sobretudo em contracções com o pronome de objecto directo de 3ª pessoa e, de uma maneira geral, antes de vogal, ocorrem também em textos em prosa tidos por portugueses, com uma frequência provavelmente inferior, é certo, à dos textos galegos⁸. Além disso, no séc. XVI não seriam desconhecidas em falares do extremo norte português, já que Sá de Miranda (Carvalho, 1953) as utiliza na écloga *Basto*⁹, talvez como meio de reforçar a nota rústica do texto. Nos autos de Gil Vicente (cf. Teyssier, 1959), elas surgem de modo estereotipado. E no princípio do século XX, José Joaquim Nunes pôde ainda recolher expressões como *dou-che-lo vivo* ou *mais vale um avache que dous te darey* (Nunes, 1989, p. 239)¹⁰.

⁵ Lorenzo, 1985, p. 83, refere-a como uma “innovación galega”-

⁶ Cf. Vasconcelos, 1916, p. 277, sobre o falar de Castro Laboreiro, no princípio deste século.

⁷ Não se procurou aqui um grande rigor formal, até porque a descrição de Nunes (1989, p. 239, n. 2) não é propriamente técnica.

⁸ Vasconcelos, 1922, pp. 123/124 não via a situação assim: “A linguagem usada na idade média tanto pelos trovadores galegos que poetaram com os nossos nas cortes dos reis portugueses, como por outros que, não sendo galegos de origem, se serviriam da linguagem daqueles, distinguia-se do português corrente apenas em alguns galeguismos, por exemplo, pretérito em *-o* (*quiso, fezo*), os quais, à maneira de fórmulas poéticas, se tronaram também património dos poetas de cá, porém não se encontram nos nossos documentos em prosa, que representam o falar quotidiano” (ibid.). O filólogo não se refere certamente à prosa (mais) literária, que pode apresentar algumas ocorrências destas formas (ver secção 2 deste trabalho).

⁹ Na écloga *Basto* há três ocorrências do pronome, como *cho* nos vv. 91 e 660, *ch’* ou *che* (esta é a lição da edições de 1614 e de 1626) no v. 92 e *che* no v. 319 (cf. Martins, 1969, pp. 123-154). Algumas destas ocorrências poderiam ser postas em relação com o *che* de solidariedade do galego moderno (Álvarez, R. et al., 1986, pp. 174/175).

¹⁰ Note-se que, nestas expressões, o elemento *che* não apresenta as características gramaticais que lhe conhecemos em galego actual; na segunda expressão é mesmo evidente que *te* dativo concorre com um *che* associado a uma forma arcaica de *aver*.

De qualquer das formas, o pronome *che* é normalmente visto como uma forma quase exclusivamente galega desde os seus primórdios, ainda que não alheia a certos dialectos setentrionais portugueses.

1.2. Pretéritos em -o

Os pretéritos em -o parecem coutada galega, em contraste com o português, que praticamente os desconhece ou raramente os regista desde os tempos mais remotos (cf. Cintra, 1984, p. 452). Maia (1986, p. 747) assim o atesta, através da recolha de um perfeito deste tipo num documento português de Valença, junto à fronteira (idem, pp. 292 e 745). No entanto, a mesma autora, em nota, refere a presença de tais perfeitos em textos portugueses, quer em verso (cantigas de D. Dinis), quer em prosa (*Crónica dos Frades Menores*, séc. XIV; cf. idem, p. 747, n. 1).

O português, com os seus perfeitos terminados em -e ou em consoante, surge actualmente isolado no contexto ocidental ibérico, uma vez que, como se sabe, os perfeitos em -o se generalizaram nos domínios galego e castelhano. Não são, no entanto, desconhecidos das línguas e dos dialectos fronteiriços de Portugal, sobretudo dos pertencentes ao domínio leonês. O mirandês tem perfeitos em -o¹¹, e o mesmo se passa (ou passava) em falares portugueses transmontanos (cf. Santos, 1967, p. 233). Trata-se, repita-se, de formas muito raras na língua literária e administrativa, provavelmente desde os primórdios do uso do português como língua de corte e dos assuntos públicos.

2. A SELECÇÃO DE TEXTOS PORTUGUESES

A distribuição das formas acima referidas no português medieval só pode ser determinada a partir de documentação remanescente¹², isto é, dos textos que puderam até agora ser descobertos ou conservados. Como se trata, mesmo assim, de um conjunto de certa dimensão, houve que limitar o campo de pesquisa. Para a selecção de textos, recorreu-se a Cepeda, 1995, por esta autora apenas inventariar prosa portuguesa. A exclusão do texto poético deveu-se ao facto de os seus dados não permitirem contrastar devidamente o português com o galego da segunda metade do sécs. XIV e XV¹³.

¹¹ “Certos verbos offerecem -o na 3ª pessoa do singular; como: *tubo, stubo, cõubo, truxo* ou *truixo, bino, puso, fizo, dixo, quijo, sõubo, pudo* (...)” Vasconcelos, 1900, p. 393.

¹² “Remanescente significa aqui os fragmentos que os percalços da história, do tempo que passa, legaram aos nossos dias. A documentação escrita em português arcaico só pode ser avaliada na sua totalidade aproximada por hipóteses que se coloquem a partir do que permaneceu e das informações indirectas que o historiador pesquise.” Silva, 1991, p. 28.

¹³ “Como o título indica, esta bibliografia apenas contempla textos portugueses em prosa ou que foram vertidos para a língua portuguesa. Ficam, pois, de fora os textos galegos (como por ex. o *Tristan*) e a poesia. A tipologia dos textos considerados não é apenas literária *stricto sensu*: abrange tratados “técnicos”, obras legislativas, obras teológicas, etc., no entanto, foram excluídos textos de carácter arquivístico: diplomas isolados ou cartulários, se bem que não se duvide do seu interesse para a história da língua.” (Cepeda, 1995: 10).

Além de obras indicadas em Cepeda, 1995, foram consultados dois *corpora* electrónicos, o AOPT (Parkinson, 1983), constituído por textos notariais, e o CIPM (Xavier, 1995)¹⁴, integrando textos notariais e textos jurídicos.

Distinguiram-se, deste modo, dois grupos fundamentais de textos em prosa, de um lado, os documentos em prosa arquivística, em suporte informatizado, e, de outro, os de prosa não-arquivística¹⁵. Alguns textos (*Foro Real*, *Tempo dos Preitos*) estavam repetidos nas duas classes textuais, uma vez que não são documentos notariais e podem emparceirar com outros textos medievais em prosa.

2.1 Prosa arquivística

Como foi referido, houve a possibilidade de observar os diplomas e os textos jurídicos incluídos em dois *corpora* informatizados, o AOPT e o CIPM. Os resultados seriam nulos, se não fosse a ocorrência de um pretérito em *-o* num documento de Valença do Minho, já referido na secção 1

2.2.2. Prosa não arquivística

Ao inventário de Cepeda, 1995 aplicou-se o critério de seleccionar apenas textos medievais disponíveis em edição moderna, embora algumas edições oitocentistas acabassem por ser também incluídas. Tais edições nem sempre são de manuscritos medievais, havendo algumas feitas a partir de cópias dos sécs. XVII e XVIII. Este facto não obsta à ocorrência dos aqui chamados galeguismos.

Estendendo-se do séc. XIII a finais do séc. XV, são 168 os textos listados por Cepeda, 1995. Destes, foram excluídos 41 por não terem sido editados ou por não conhecerem nova edição. Também se puseram de lado 25 textos, que por razões várias não puderam ser consultados¹⁶. Chegou-se assim ao número de 102 textos, de diferentes dimensões, dos quais apenas 11 permitiram recolher os dados expostos no quadro 1:

¹⁴ Uma palavra de agradecimento ao Dr. Stephen Parkinson (Universidade de Oxford) e à equipa do CIPM (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

¹⁵ Esta classificação é inspirada pelos critérios de selecção da bibliografia exposta em Cepeda, 1995, p. 10. Tem naturalmente de ser revista à luz de critérios de natureza linguística ou textual. Acerca de tipologia textuais e de *corpora* representativos do português medieval, ver Silva, 1989, pp. 28-35 e 1991, p. 30. Cf. também Parkinson, 1983 e Xavier, 1995.

¹⁶ São eles, seguindo as referências de Cepeda, 1995: Afonso X, a *Terceira Partida* e *Sétima Partida*; *Arte Poética*; Caminha, Pero Vaz, *Carta*; Cassiano, João, *Estabelecimentos dos Mosteiros*; *Catecismo da Doutrina Cristã*; *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia*; D. Fernando, *Carta*; Isaac de Nínive, *Livro do Desprezo do Mundo*, S. João Climaco, *Espelho dos Monges*, Ordem dos Pregadores, *Constituições das freiras da Ordem de São Domingos*, Pedro Comestor, *História Escolástica*, Polo, Marco, *Livro, Ordenações Afonsinas*, *Ordenações de D. Duarte*, Fr. Robert, *Castelo Perigoso*; *Símbolo "Quicumque Vult Salvus Esse"*; *Vida e Milagres de Dona Isabel*, *Rainha de Portugal* (total: 18 textos/ colecções de textos).

Também não foram consultadas algumas obras do séc. XV: D. João, *Livro de Montaria*; D. Pedro, *Livro da Virtuosa Benfeitória*; Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*; Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *Crónica de D. Duarte de Meneses*, *Crónica dos Feitos da Guiné* (total: 7 textos).

Quadro 1. Distribuição de <che>, <cho> e <ch'> e de perfeitos em -o em textos medievais portugueses

(textos dispostos por ordem cronológica; números de volume e página da respectiva edição)

| texto | sigla/abreviaturas | datação | edição | <che> | <cho>, <cha> | <ch'> | -o |
|--|--------------------|---|--------------------------|--------------------------------------|---|--------------------|---|
| Demanda do Santo Graal | DSG | ms. s. xv (trad. s. XIII?) | Piel, 1988 | 1 ^a (p. 226) | 8 (pp. 186, 225, 226, 269, 271, 397, 451, 438) | 0 | 0 |
| Livro de Linhagens do Conde D. Pedro | LL | ms. A ₁ s. XIV ms. T ₁ s. XVII | Mattoso, 1980 | 0 | 0 | 0 | 1 [A ₁] (v. I, p. 112) +3 [A ₁ e T ₁] (pp. 251, 253, 256) |
| Diálogos de São Gregório | S.Greg | ms. ca 1380 | Silva, 1989 ^b | 0 | 6 (pp. 215-220) | 2 (pp. 215-220) | 0 |
| Doze mandamentos de S. Atanásio | S.At | ms. s. XIV | Askins, 1990 | 0 | 3 (pp. 73, 73, 75) | 0 | 0 |
| Regra de São Bernardo | S.Bern | ms. s. XIV-XV | Carter, 1940 | 0 | 17 ^c (p. 362) | 0 | 0 |
| Vida de Santo Amaro | S.Am | ms. s. XIV? | Klob, 1901 | 0 | 2 (pp. 510, 517) | 0 | 0 |
| Crónica Geral de Espanha de 1344 | CGE | mss. s. XV (L e P ^d) | Cintra, 1983-84 | 1 ^f [P] (v. 4, p. 175) | 0 | 0 | 1 [P] (v. 4, p. 191) |
| Crónicas Breves de S. Cruz de Coimbra (Livro das Lembranças) | S.Cruz | ms. s. XV | Cruz, 1968 | 0 | 0 | 0 | 1 (p. 112) |
| Vida e Paixão dos Apóstolos | VPA | ms. 1442-1443 trad. fins s. XIII-XIV | Cepeda, 1983-89 | 0 | 7 (v. 1, p. 301; v. 2, pp. 4, 174, 196, 220, 243, 342) | 1 (p. 243) | 0 |
| Crónica dos Gerais da Ordem dos Frades Menores (Vida de Santo António) | VS.Ant | ms. 1470 (trad. s. XIV? Cf. Nunes, 1913: 14) | Nunes, 1913 | 0 | 0 | 0 | 5 (pp. 189, 203, 208, 209, 216) |
| Estoria de Vespasiano | EV | edição 1496 | Hook e Newman, 1983 | 0 | 0 | 0 | 1 |

^a. Na lição, o pronome antecede vogal, pelo que poderá ser identificado com <ch'>.

^b. Não foi possível o acesso directo à edição de Rosa Virgínia Mattos e Silva, *A mais antiga versão portuguesa dos 'Quatro Livros dos Diálogos' de São Gregório*, S. Paulo, Universidade, 1971.

^c. Para o editor não se trata de uma contracção de pronomes, mas sim do resultado da elisão de *que* e de um pronome (Carter, 1940, p. 395)

^d. O ms. P foi utilizado para as lacunas de L (Cintra, 1990: 173, n. 17).

No quadro 1, todos os textos se distribuem por um período estimado entre os finais do séc. XIV e o séc. XIV¹⁷. Mesmo quando os manuscritos são tardios, como é o caso de T₁ do LL, verifica-se que puderam perdurar alguns galeguismos.

Quanto ao locais de produção, tradução e até transmissão do texto e das suas cópias, sabe-se que LL e CGE teriam origem em Lalim (Lamego) no paço de D. Pedro, Conde de Barcelos (cf. Mattoso, 1980, p. 48) e S. Greg proviria do Entre-Douro-e-Minho (Silva, 1989, p. 57). Cabe referir, no entanto, que, dada a escassez de informações acerca da proveniência e da transmissão dos restantes textos, não é possível dizer que tais galeguismos fossem mais característicos da região setentrional portuguesa; é que também se encontram formas de <che> em alguns manuscritos oriundos de Alcobça, no centro de Portugal, p. ex., S.At, VPA, VS.Ant, S.Bern, cuja origem e transmissão não puderam ser determinadas. Além disso, os pretéritos em -o não são necessariamente galeguismos, visto que na EV a única ocorrência de uma forma desse tipo deve-se provavelmente ao condicionamento da tradução do texto castelhano¹⁸.

O quadro 1 permite, pois, corroborar o exposto na secção 1: os perfeitos em -o são raríssimos na prosa portuguesa não arquivística. Porém no contexto dos textos portugueses consultados, o fragmento VS.Ant, extraído da *Crónica dos Gerais da Ordem dos Frades Menores*, é realmente um caso à parte, dado o número de ocorrências de perfeitos em -o. A presença deste tipo de formas, a par de outras que Nunes, 1913 considera castelhanas¹⁹, requererá o estudo mais pormenorizado do texto integral.

Relativamente ao pronome *che*, parece poder antes pensar-se na maior frequência de um segmento gráfico <ch-> associado a uma vogal, a do pronome de 3ª pessoa de objecto directo (*o, a, os, as*) ou a de outro morfema qualquer, como a terminação do futuro, p. ex. -ei, em *contar-ch'ei* (Silva, 1989, p. 218). Não há indícios claros de houvesse um verdadeiro pronome *che* antes de consoante, tal como se encontra, por exemplo, já no galego do séc. XV²⁰: *Et mays che digo...* (*Crónica Troyana*, cf. Lorenzo, 1985, p. 432).

Os textos S.At e S.Greg facultam uma pista para o entendimento deste problema. No primeiro texto, pelo menos, na leitura de Askins, 1990, há, de certa maneira, alguma

¹⁷ Para DSG, cf. Nunes, 1996, p. 11; para LL e CGE, cf. Mattoso, 1980; para SGreg, Silva, 1989, pp. 58 e 60.

¹⁸ Hook e Newman, 1983: 43 e 94, nº 272. Ver também Ivo Castro, s.v. “História de Vespasiano”, in Lanciani e Tavani (1993) s.v.

¹⁹ O filólogo refere um galego, frei António da Ribeira, como um dos possíveis autores do texto: “A sua qualidade de galego explicaria os galeguismos que ali se notão, como, por vezes, a desinência em -o da 3ª pessoa do singular do preterito dos verbos *fazer, satisfazer, poer, impoer, compoer, e querer*, a forma *consentín* que na 1ª pessoa do preterito se lê uma vez, e bastantes vocabulos castelhanos taes como: *peligro, peligroso, color, pereza, pereçoso, golondrina, marfil, novicio, estudar, alabamça, ayre, sonar, envidia, asnilho, canonico, color, livor*, e outros”. Nunes, 1913: 14.

²⁰ Vasconcelos (1940-1943, p. 118) regista um *che*, perfeitamente isolado, antes de consoante, num texto editado por Cornu em *Anciens Textes* (p. 25), obra que não foi possível localizar: “agora che sayrá a alma da carne”.

regularidade na distribuição aparentemente complementar de duas formas gráficas, <te>, para o objecto directo e para o reflexo, e <ti>, para o objecto indirecto. Há, no entanto, excepções a esta complementaridade, visto que surgem sequências como ...*te non escaesca este mandado* (Askins, 1990: 71), onde seria de esperar um <ti>. A forma é <ch-> quando o pronome se encontra em posição mesoclítica, como em (2) e (3), ou antecede o objecto directo de 3º pessoa, em (4) e (5) (as formas em questão estão a negrito):

(2) *E quando este ango se en ti meter no coração, falar-**cha** de justiça e de castidade e d'auondança* (Askins, 1990: 71)

(3) *roga-o muy de coração e logo sentiras o boo talam de ssa misericordia, e dar-**cha** o que lhi pedires.* (idem, p. 73)

(4) *E sse per uentura cobiçares alguma cousa e lha pedires e tam cedo há non oueeres non seia porem triste ca por algum pecado ou por algum tentaçom que iaz en ti **cha** leixou de dar* (id., ibid.)

(5) *E nembra-te da uison que uio o sancto propheta Daniel como **cha** mostra o dia do Juyzo (...)* (idem, p. 75)

Repare-se que o mesmo não acontece quando há encontros vocálicos com o pronome de 2º pessoa, quando este é objecto directo ou reflexo:

(6) *E a uerdade leuar-**t'a** aa uida perdurauil* (idem, p. 70)

(7) *Ca se tu temeres nostro senhor assenhor-**t'as** do emmijgo ...* (idem, p. 72)

O estudo de Silva (1989, pp. 212-221) não regista, em S.Greg, a forma <t-> nas combinações de pronomes (idem, p. 220), mas dá 6 ocorrências de <ch-> nesse contexto (idem, ibid.). Pode-se, pois, sugerir a seguinte hipótese: havendo ou não, em textos portugueses, diferenciação gramatical das grafias <te> e <ti>, o pronome de objecto indirecto de 2ª pessoa assumia a forma <ch-> quando se produzia um encontro vocálico quer em contracções com pronomes, quer em situação de mesóclise, nas formas flexionais analíticas (p. ex. o futuro ou o condicional).

Esta hipótese, apesar de exigir a verificação de mais textos, talvez tenha dificuldade em ver-se confirmada, dada a escassez da documentação medieval remanescente. Afigura-se, mesmo assim, válido supor que nalgumas regiões, portuguesas (e galegas?), o pronome *che* não existia autonomamente, tratando-se de uma variante complementar gráfica e fonética de *te* ou *ti*.

CONCLUSÕES

As distribuições da desinência *-o* e da forma <ch-> não são da mesma natureza. A raridade de *-o* já na Idade Média terá de ser interpretada não só por uma perspectiva interna, mas também por um ponto de vista externo, em que se joga com certeza o signifi-

cado da barreira que a fronteira político-militar terá constituído para a disseminação de processos de mudança linguística, como o da analogia que se exerceu sobre os chamados perfeitos fortes. Este factor, aliado à presença de *-o* em mirandês e, até há algumas décadas, em zonas fronteiriças do norte de Portugal (cf. secção 1), mostra que esta desinência só seria empregue em áreas em amplo contacto com outras regiões espanholas, ainda antes da fundação do reino ou muito afastadas dos centros político-administrativos portugueses. Neste domínio, seria preciso ponderar as repercussões da definição e defesa da fronteira portuguesa nos hábitos e estruturas linguísticas das populações aí residentes desde os tempos dos primeiros movimentos de Reconquista.

Quanto ao *che* galego, se alguma vez foi também português (a forma estereotipada *dou-che-lo vivo* poderá ser disso testemunho), não parece que tenha adquirido plena e gramaticalmente essa forma individualizada, a ajuizar pelos textos consultados. Se, em S.Greg, Silva, 1989 considera que <te> e <ti> são grafias “parcialmente em distribuição complementar” (idem, p. 216), haverá sempre a possibilidade de pensar que, na 2ª pessoa do singular, de forma mais ou menos fluida, permanecia a distinção gramatical entre a forma de acusativo e de dativo. Dado que o acesso à língua e aos dialectos medievais é principalmente franqueado através dos textos, dir-se-á que nalguns contextos gráficos (e fonéticos) tal distinção era favorecida. Resta assim supor que, se nos textos portugueses se patenteia o emprego confuso ou convergente de duas formas, *te* e *ti*, a sua oposição era ocasionalmente recuperada através da variante contextual *ch-*.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez, R. et al., *Gramática Galega*, Vigo, Galaxia, 1986.
- Askins, A. L.-F. (ed.), «*Os Doze Mandamentos: An early portuguese translation of the Doctrina mandatorum duodecim Athanasii*», *Revista da Faculdade de Letras*, S. 5, nº 13-14, 1990, pp. 67-75.
- Carter, H. H., “Paleographical edition of an old portuguese version of the Rule of Saint Bernard (Codex Alcobacensis 200)”, *PMLA*, vol. 55, 1940, pp. 360-395.
- Carvalho, C.A., *Glossário das Poesias de Sá de Miranda*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- Cepeda, I. V. (ed.), *Vida e Paixões dos Apóstolos*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982-1989.
- *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- Cintra, L. F. L. (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983-1984.
- Huber, J., *Gramática do Português Antigo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Klob, O., “A Vida de Sancto Amaro: Texte Portugais du XIV siècle”, *Romania*, nº 30, pp. 504-518.
- Lanciani, G. e G. Tavani (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993.
- Lorenzo, R. (ed.), *Crónica Troiana*, Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.
- *La traducción gallega de Crónica General y de la Crónica de Castilla*, 2 vols., Ourense, Instituto de Estudios Orensanos.

- Maia, C. A., *História do Galego-Português-Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- Martins, J. V. P., *Sá de Miranda- Poesias Escolhidas*, Lisboa, Verbo, s.d.
- Mattoso, J., *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols., col. «Portugaliae Monumenta Historica. Nova Serie», Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- Nunes, I. F., *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- Nunes, J. J., *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Lisboa, Clássica Editora, 1989 [1ª edição, 1919]
- *Crestomatia Arcaica*, Lisboa, Clássica Editora, s.d. [1970]
- (ed.), “Textos Antigos Portugueses- Cousas Notaveis e Milagres de Santo Antonio de Lisboa”, *Revista Lusitana*, vol. xv, 1912, pp. 177-235.
- (ed.), “Textos Antigos Portugueses- Glossário”, *Revista Lusitana*, vol. xvi, 1913, pp. 1-40.
- Oliveira, A.R., *Depois do Espectáculo Trovadoresco- A estrutura dos Cancioneiros peninsulares e as Recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994.
- Parkinson, S., “Um Arquivo Computorizado de Textos Medievais Portugueses”, *Boletim de Filologia*, t. 28, 1983, pp. 241-252.
- Piel, J. M. e I. F. Nunes (eds.), *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- Santos, M. J. M., *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 1967.
- Silva, R. V. M., *Estruturas Trecentistas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- *O Português Arcaico- Fonologia*, São Paulo, Contexto/Universidade da Bahia, 1991.
- Teyssier, P., *La Langue de Gil Vicente*, Paris, Klincksieck, 1959.
- Vasconcelos, C. M. (ed.), *Cancioneiro da Ajuda*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- Vasconcelos, J. L., “Ementas Gramaticais- para a história da Língua Portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, pp. 113-126.
- Estudos de Philologia Mirandesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- “Uma excursão a Castro Laboreiro- (Notas numa Carteira)”, *Revista Lusitana*, vol. 19, 1916, pp. 271-280.
- *Textos Arcaicos*, Lisboa, Clássica Editora, s.d. [1922].
- Williams, E. B., *Do Latim ao Português- Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- Xavier, M. F., “Dos problemas de constituição às potencialidades de utilização de corpora: o caso do CIPM”, *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 1995)*, Lisboa, APL-Colibri, 1996, pp. 159-164.